

Recuperação do Edifício dos Paços do Concelho de Lisboa

A integração dos Saberes

Na manhã de 7 de Novembro de 1996, um incêndio destruiu a cobertura e os dois pisos superiores dos Paços do Concelho de Lisboa. Como se a acção nociva do fogo não bastasse, a água lançada sobre as chamas e a chuva que nos dias seguintes caiu sobre as ruínas desprotegidas impuseram uma intervenção em todo o edifício, a qual se traduziu num encontro de especialistas do passado e do presente.

“As feridas nos paços do concelho eram profundas. Mas a verdade é que começámos a trabalhar na reconstrução e no restauro nessa mesma tarde” – disse o então presidente da câmara, Dr. João Soares, em Janeiro de 2000, no seu livro *Notas Convenientes e Inconvenientes*.

De imediato, foram traçados os princípios programáticos de carácter político e cultural – as bases da recuperação do edifício:

- Deveria ser representativo do poder municipal e nele teriam assento especialmente a Presidência, a Vereação e os serviços de apoio;
- Era fundamental a recuperação do seu carácter simbólico;
- Abrir-se-ia à população e seria suporte de Arte Pública;
- Toda a acção de restauro seria fiel à contemporaneidade da obra a restaurar;
- Toda a “obra nova” seria feita com recurso a desenho de carácter contemporâneo e tecnologias actuais, compatíveis com as especificações da construção existente.

Os primeiros elementos de projecto datam de 11 de Novembro de 1996, na sequência do programa anteriormente elaborado, sendo neles definidos os critérios gerais de composição – a base de intervenções parcelares:

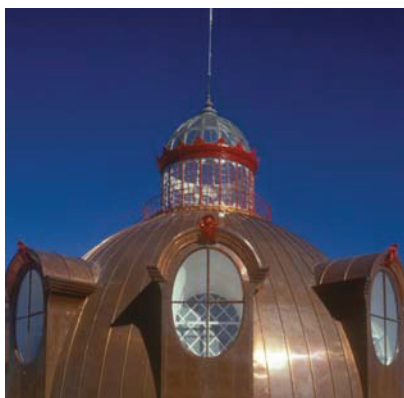
- Realce do valor icónico do edifício numa tripla vertente – reequilíbrio da sua delicada composição neo-



Salão Nobre: de assinalar a integração discreta das grelhas de ar condicionado e do sistema de detecção de incêndios

clássica, despojando-o de todas as ampliações espúrias; valorização da cobertura (a quinta fachada) e do zimbório (como símbolo do município e elemento memorizável da paisagem urbana da zona); tratamento do espaço fronteiro, reduzindo ao mínimo a presença de viaturas e dotando-o de elementos ricos de evocações (como o pelourinho recolocado, e o emblemático pavimento de vidro preto e branco, aos quais se juntaram exemplos da moderna escultura portuguesa);

- Enriquecimento do espaço interno – desmultiplicação de perspectivas do edifício sobre si próprio, nomeadamente as “perspectivas ao jeito de Piranesi”, que das galerias do átrio central mergulham sobre a escadaria principal;
- Realce do papel da luz zenital na leitura do espaço interno – recuperação dos lanternins do zimbório e criação de “canhões de luz” na galeria do último piso;
- Selecção de materiais, cores e pormenores – proporcionar ambientes sensorialmente agradáveis e compatíveis com as preexistências, sem recurso ao *pastiche*;
- Instalações de electricidade, climatização, telecomunicações, segurança, águas e esgotos, assim como protecção contra descargas atmosféricas, compatíveis com os ambientes a recuperar/criar, em conformidade com normas e legislação em vigor;



Zimbório: reconstrução em chapa de cobre



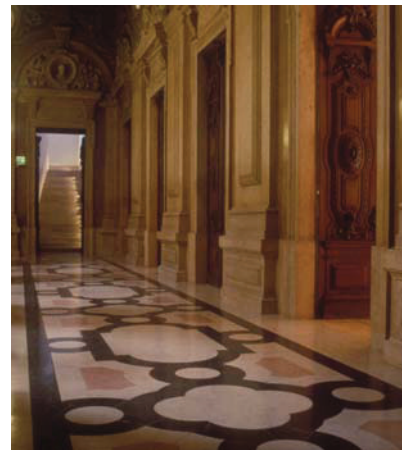
Perspectiva sobre o átrio principal

- Adopção de processos construtivos – aspectos estruturais, ditados pela garantia de coexistência entre o edificado existente, que não sofreu alterações, e o edificado adicionado ou transformado; aqui, inclui-se a recuperação dos princípios básicos da construção de alvenaria, do uso da madeira e do ferro em pavimentos, como elementos residentes, ou da chapa metálica (cobre) como material de cobertura.

O valor simbólico do edifício, em relação à História de Lisboa, como local onde fora proclamada a República, impôs a decisão política de concluir a sua recuperação antes do dia 5 de Outubro de 1997. Sem afectar a qualidade da obra, esta decisão veio a revelar-se eficaz na responsabilização das intervenções e na eliminação de pontos mortos ou inúteis na cadeia de decisões, tendo inclusivamente influenciado a metodologia adoptada para as tarefas de projecto e obra.

Foi utilizado aquilo que se poderá apelidar de uma atitude renascentista: sob uma ideia global expressa num projecto referente a todo o edifício e ao arranjo da praça fronteira, integraram-se intervenções confiadas a diversos arquitectos e artistas plásticos, seguindo métodos e tendências próprias.

Num processo de recuperação de edificado, além da intervenção no existente – com alterações ou simples con-




Galeria do andar nobre e escada sul

servação –, há a adição de novos elementos de construção. A reabilitação do edifício dos Paços do Concelho de Lisboa poderá ser considerada um *case study*. A cada momento surgem interrogações cuja resposta assume, por vezes, um carácter dramático que só um diálogo permanente entre todos os intervenientes, desde os programadores aos executores, pode atenuar. Neste sentido, interrogou-se o seguinte:

Deve a pedra, no interior e no exterior ser limpa ou, através da patina que ganhou, contar a história do edifício? No caso de se optar pela limpeza, que métodos usar?

O ar condicionado no salão nobre deve assumir-se como uma peça evidente ou mimetizar-se em relação ao desenho clássico do existente? O critério adoptado deve ser genericamente seguido?

Tudo o que é novo desenho deve igualar a riqueza formal do existente ou assumir discretas atitudes?

Uma nota final: de uma forma quase medieval, a conciliação dos intervenientes, dos que se ocuparam do restauro, do traçado das condutas de ar condicionado e dos aspectos estruturais, teve lugar no quotidiano da obra, revelando-se, assim, um assinalável “saber fazer” do nosso operariado. 

FRANCISCO DA SILVA DIAS,
Arquitecto